

**ACADEMIC LIFE ACADEMIC LIFE TRABALHO DOCENTE NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Idalice Ribeiro Silva Lima
UFTM
idalice@yahoo.com
Régia Cristina Oliveira
UNIFESP
rcolira@yahoo.com.br
Maria Vieira Silva
UFU
mvs@ufu.br

RESUMO

Esta pesquisa interroga o modo como os professores vivenciam as mudanças no processo de trabalho docente nas universidades federais brasileiras. Essas mutações decorrem da complexidade da vida contemporânea, principalmente no que concerne à transmutação do trabalho em *labor*, nos termos de Arendt, que incide sensivelmente na qualidade de vida de homens e mulheres em situação de trabalho não somente nas universidades, mas também em outros setores da sociedade. Trata-se de uma investigação centrada na constituição de si do professor universitário, que se afigura no *animal laborans* arendtiano, mediante a reorganização do ensino superior no Brasil, e, conseqüentemente, a reconfiguração do trabalho docente, orientada pela regulação “mundial” da educação claramente expressa no Plano Nacional de Educação (PNE). Alguns aspectos dessas mudanças indicam uma precarização das condições de trabalho e vida desses professores, no que concerne ao seu bem-estar no trabalho e fora dele, e, com a ascensão da meritocracia, uma cultura narcisismo e do comportamento produtivo, como demonstram os estudos de Lasch, Dejours, Sennet, Schwartz, Chauí e outros.

Palavras-chave: trabalho docente, psicopatologias do trabalho, universidade.

**THE LABOR OF TEACHERS IN THE ACADEMIC LIFE:
TEACHER WORKING IN BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES****ABSTRACT**

This research questions the way teachers experience the changes in the process of teaching work in Brazilian federal universities. These mutations arise from the complexity of contemporary life, especially regarding the transmutation of work in labor, according to Arendt, which focuses significantly on quality of life of men and women at work not only in universities but also in other sectors society. This is a research focused on establishment of the university teacher himself, who appears in *animal laborans* by Arendt, through reorganization of higher education in Brazil, and hence the reconfiguration of the teaching work, guided by the regulation "world" of education clearly expressed in the National Education Plan (PNE). Some aspects of these changes indicate a deterioration of working conditions and lives of these teachers, with regard to their well-being at work and beyond, and with the rise of meritocracy, a culture of narcissism and productive behavior, as shown by studies Lasch, Dejours, Sennet, Schwartz, Chauí and others.

Keywords: teaching work, psychopathology of work, university.

Introdução

Este trabalho apresenta sínteses analíticas de incursões teóricas sobre as reconfigurações do trabalho docente nas universidades brasileiras, especificamente as federais – decorrentes do Plano Nacional de Educação, que se orienta pela regulação “mundial” da educação.

O problema central da investigação é analisar até que ponto, na bibliografia delimitada, os professores universitários afiguram-se no que Hannah Arendt identificou como *animal laborans* da sociedade moderna, o qual se encontra em uma situação em que seu trabalho – sua obra – é transformado em labor. A análise parcial dos conteúdos investigados aponta para uma confirmação dessa hipótese, uma vez que dão visibilidade ao processo de precarização das condições de trabalho e vida dos professores e ao mal-estar docente mediante o que se pode designar cultura do narcisismo e do comportamento produtivo (Lasch, Dejours, Chauí, Sennet, Schwartz e outros). A situação dos professores universitários se aproxima da figura do *animal laborans* arendtiano, uma vez que “labor” não designaria o “produto final”, como é o caso da palavra “trabalho”. A “ação de laborar” permaneceria como o “substantivo verbal, uma espécie de gerúndio”.

Uma das inferências importantes é que, na universidade operacional (Chauí), o “trabalho” do professor é consumido no próprio processo de trabalho docente que se instaurou nas universidades dos últimos tempos.

Nessa situação de trabalho, pode-se identificar o mal-estar dos professores em relação ao imperativos das formas de trabalho, em sua atual configuração, com o que, há tempos, Christophe Dejours caracterizou como “triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo”, isto é, um gênero de “relógio moral” que nos impulsiona à produtividade e nos pressiona contra a ociosidade (1987, p. 49), fazendo nos sentir culpados quando nos afastamos da régua do trabalho, principalmente quando nos colocamos no campo da política e procuramos abrir espaço para o “agir livre”, como sugere Arendt.

Outro aspecto a ser destacado é a cultura do narcisismo no trabalho acadêmico, do eu, primeiro, que, segundo Christopher Lasch (2000), é resultado dos impactos da exigências do mundo capitalista contemporâneo em nosso psiquismo. Narcisismo seria um conceito que lançaria luzes na compreensão das consequências psicológicas das recentes mudanças sociais. Trata-se de compreender o modo como as tensões e ansiedades da vida moderna imprimem feições narcísicas de diversos matizes em nosso comportamento. O autor nos remete ao exame de nossas relações e da nossa intimidade, a fim de identificar até que ponto nosso inconsciente e nossos modos de pensar são profundamente capitalistas e nos rendemos à sua lógica hegemônica.

Sob o selo da qualidade: trabalho docente na “universidade operacional”

Recentemente, o site *Universia* publicou um artigo em que a autora Larissa L. Baroni¹ enfatiza a resistência das universidades em adotar o certificado ISO 9.001. Notícias como essas tornam bastante visível o estágio de mercantilização em que se encontram as universidades – há tempos, analisado por Marilena Chauí, em seus textos sobre a situação das universidades, principalmente no que concerne aos perigos da transformação destas instituições em organizações: “a nova universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos”.²

Conforme o artigo, Augusto Barbarda, integrante do comitê brasileiro da qualidade da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sugere que a ISO 9.001 pode ser aplicada a qualquer tipo de negócio, mas o problema é que as universidades “equivocadamente” ainda não se reconhecem como empresas que precisam gerir seus negócios com excelência.

No Brasil, as empresas de outros setores teriam tido boa receptividade da proposta de implantação do certificado de qualidade ISO 9.001, mas ainda não seria este o caso das universidades, apesar dos esforços da ABNT em levá-las a aplicar a norma técnica na “gestão dos seus negócios”, a fim de alcançar eficiência e qualidade do ensino superior, posto que esta é uma das metas a serem alcançadas na próxima década, 2011-2020, tais como foram estipuladas pelo Plano Nacional de Educação, concebido segundo as diretrizes da regulação transnacional da educação. Com o objetivo de adequar a norma técnica ao campo da educação, a ABNT publicou um guia, em 2006. Trata-se de um documento que, nas palavras de Barbarda, “apresenta a aplicabilidade da ISO 9.001 em todos os processos de gestão de uma instituição de ensino, seja ela pública ou privada, grande ou pequena”. A aplicação da norma técnica, portanto, se restringiria à gestão dos “negócios” universitários (planejamento, execução e análise de resultados) e não interferiria no “conteúdo pedagógico” – embora as regras que orientam o processo de reestruturação das “empresas universitárias” demandem rigorosamente o envolvimento de setores acadêmicos e de todas as pessoas que os movem, do reitor ao faxineiro.

Segundo os depoimentos contidos no artigo, um dos problemas que as universidades públicas enfrentam na adoção do selo de qualidade ISO 9001 é que as decisões não podem ser tomadas por um administrador ou pequeno grupo de administradores. A implementação das mudanças conformes às exigências da norma técnica de gestão na universidade pública demandaria o debate público na comunidade universitária e dependeria dos seus fóruns de deliberação. Um processo político que, no artigo, é reduzido à “burocracia” e “pouca autonomia”, desprezível no pensamento daqueles que defendem a gestão baseada na “qualidade total”.

Para problematizar essa tessitura do cenário educacional brasileiro, podemos trazer alguns fios das reflexões que João Barroso (2005) faz em seus estudos sobre o problema da intervenção do Estado na educação em face das mudanças no capitalismo contemporâneo, principalmente no que concerne à regulação “pós-burocrática” das políticas públicas (p.725-751). Na interpretação do conceito de regulação, o autor afirma que a regulação é constitutiva de “qualquer sistema e tem por principal função assegurar o equilíbrio, a coerência, mas também a transformação desse mesmo sistema.” Orientaria o “funcionamento do sistema, mas também o (re)ajustamento da diversidade de ações dos actores em função dessas mesmas regras”. O amálgama da pluralidade de fontes, finalidades e modalidades de regulação decorreria da diversidade de posições, interesses, e estratégias dos atores sociais envolvidos, tal como no sistema educacional.

A regulação do sistema público de educação resulta da “regulação das regulações”, em que o Estado é essencial, mas não é a fonte única e decisiva de regulação nos produtos educativos finais. O que, até certo ponto, refutaria as afirmações correntes no campo da Sociologia de que estaríamos vivendo um tempo de “des-regulação” ou de “re-regulação” do sistema educacional, as quais não considerariam o modo como os diferentes atores lidam com esse processo.

“A diversidade de fontes e modos de regulação faz com que a coordenação, equilíbrio ou transformação do funcionamento do sistema educativo resultem mais da interação dos vários dispositivos reguladores

do que da aplicação linear de normas, regras e orientações oriundas do poder político. Por isso, mais do que falar de regulação seria melhor falar de “multi-regulação”, já que as acções que garantem o funcionamento do sistema educativo são determinadas por um feixe de dispositivos reguladores que muitas vezes se anulam entre si, ou pelo menos, relativizam a relação causal entre princípios, objectivos, processos e resultados. Os ajustamentos e reajustamentos a que estes processos de regulação dão lugar não resultam de um qualquer imperativo (político, ideológico, ético) definido a priori, mas sim dos interesses, estratégias e lógicas de acção de diferentes grupos de actores, por meio de processos de confrontação, negociação e recomposição de objectivos e poderes.”(p. 734).

Deste modo, seria possível, da perspectiva do autor, fazer a síntese ou superar os conflitos entre os processos de regulação existentes, uma vez que os diferentes atores sociais seriam os “nós da rede” na tessitura da regulação do sistema educativo e seus resultados, urdida com os fios da complexidade e da imprevisibilidade que dificultariam alguma determinação, “um mínimo de segurança e de certeza”, na “d direcção que ele vai tomar” e “tornam bastante improvável o sucesso de qualquer estratégia de transformação baseada num processo normativo de mudança, como são as reformas.” Trata-se de um problema que também envolve a “própria possibilidade de ‘um sistema nacional’ de ensino”. Os esforços no sentido de superar esses problemas inscrevem-se em diferentes propostas de políticas educacionais consubstanciadas em modalidades como a “substituição da regulação das estruturas e dos processos pela auto-regulação das pessoas.” (p. 736).

Se, como sugere Barbarda, citado anteriormente, as universidades não se reconhecem como empresas, cujos produtos podem ser selados pelo emblema da gestão baseada na “qualidade total”, isto, talvez, possa demonstrar a pertinência das afirmações de Barroso em torno da complexidade e imprevisibilidade da regulação da educação, movida que é pela pluralidade de ações de diferentes sujeitos. Mas também é fato que se, no ensino superior, resistimos aos preceitos neoliberais de regulação das políticas públicas, também nos deixamos enredar pelo seu “canto de sereia”. Na maioria das vezes, somos engolfados pela lógica hegemônica neoliberal, qualquer que seja o seu matiz, principalmente o da chamada *Terceira Via*, encarnada na figura do “Estado avaliador” e do “quase-mercado”, nos termos de Barroso. Desta perspectiva, as políticas públicas, em particular as educacionais, se confundem com a lógica econômica e com os valores e métodos de gestão empresarial – os referentes, por excelência, na reconfiguração moderna do “serviço público de educação”.

Noutra linha de pensamento, o apelo à adoção do certificado de qualidade ISO 9001 também é uma evidência do quanto a universidade estaria se aproximando de um modelo heterônomo, em que, segundo Schugurensky (2001), setores externos, notadamente o mercado e suas demandas, interferem na “missão”, “agenda” e “produtos das universidades” (p. 114-117).

A concepção de universidade-empresa está claramente inscrita nas diretrizes da educação superior traçadas pelo Banco Mundial, em 1994,³ e as características desse modelo de universidade apontadas por Schwartzman, em 1996, tornam-se, em nossos dias, ainda mais evidentes:

A pesquisa básica de longo prazo perde legitimidade e fontes de

financiamento, e as universidades passam a buscar formas de colaboração com setores empresariais, ou com setores governamentais orientados para resultados práticos concretos, como forma de manter ativos seus departamentos de pesquisa, e dar conteúdo prático à formação de seus alunos. A investigação acadêmica, portanto, também assume características de ação econômica, tanto do ponto de vista dos conteúdos das pesquisas, quanto dos tipos de acordos e contratos que se fazem entre as universidades e as empresas ou agências governamentais (p. 4).

Trata-se da transmutação da universidade-instituição em universidade-organização, nos termos de Chauí, que, em 1999, analisou o modo como a universidade buscava adaptar-se às demandas do mercado por meio de mudanças nos currículos e nas atividades acadêmicas, as quais visavam à inserção profissional nos diferentes nichos do mercado de trabalho.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micrororganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.

A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade das publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. (Ibidem).

Por meio deste fio do pensamento de Chauí, estabelece-se uma relação com um dos problemas teóricos levantados neste artigo: a condição humana na sociedade moderna transmutada na figura do *animal laborans* arendtiano.

Em *A condição humana*, Hannah Arendt (1987) distingue as três atividades da *vida activa*: labor, trabalho ou obra (fabricação) e ação.⁴ Estas, por sua vez, correspondem respectivamente às condições humanas por ela designada; vida, pertencer-ao-mundo (ou à mundanidade) e pluralidade.

Nos tempos modernos, o *labor* teria sido colocado acima de todas as atividades humanas e a *vida*, o processo biológico do corpo humano, imperou sobre as demais condições humanas. Estaríamos, deste modo, enredados em uma atividade que tem como fim a satisfação das necessidades vitais, ou seja, seu resultado se dissolve no próprio consumo, em que nos comportamos como autômatos num ciclo vital repetitivo que nos consome naturalmente.

Esta situação, labor “in natura”, difere substancialmente da obra ou trabalho como produto final, que deixa algo durável no mundo e, por isso, assegura a “permanência do mundo”. Por sua vez, a ação, que na concepção de Arendt, é a única atividade que acontece entre os homens sem a mediação das coisas, objetos e matéria, é capaz de instaurar o mundo comum, o espaço da pluralidade humana.

Da perspectiva de Arendt, a sociedade contemporânea, ao longo dos tempos, teria se curvado aos imperativos da necessidade, do processo histórico, do ciclo vital, e, deste modo, desaprendido a viver em comunidade. Deixou que as sombras da esfera privada invadissem a esfera pública e obscurecessem o sentido original da política. O dano à humanidade estaria instaurado e o homem (em seu viver moderno) parece ter se tornado uma figura supérflua, que tem prazo de validade na sociedade do consumo, atomizada, isolada do mundo (comum), que, por isso, perde sua capacidade de pensar e agir, em termos arendtianos.

Na contracorrente, Arendt nos leva a pensar no que estaríamos a fazer: “o que estamos fazendo? O que estamos fazendo nos afeta? Também nos instiga a pensar sobre a importância de resgatar a *vida activa*, pois nossa condição seria a da pluralidade humana, que cria o mundo comum entre os homens, o espaço em que é o homem é com outros homens, em seu “agir livre”.

O trabalho acadêmico nas universidades federais: entre o stress e a (re)criação

O recente volume da Revista Saúde e Sociedade (2008), dedicado a amplas questões e dimensões concernentes ao universo do trabalho, contou com o Editorial Especial do sociólogo Ricardo Antunes que discorreu sobre as novas formas de padecimento no trabalho, no momento contemporâneo, que revelam adoecimento, sofrimento e padecimento no (e pelo) trabalho. Surgem da era do capitalismo flexibilizado, deflagrado com a reestruturação produtiva do capital, desencadeado no Brasil a partir dos anos 1990, com conseqüências mais radicalizadas na atualidade.

Um conjunto de tendências marca a passagem do sistema fordista de produção para a nova forma flexibilizada e desregulamentada, implicando transformações no universo do trabalho.

O sentido dessas transformações pouco mais de uma década atrás, levou ao questionamento da centralidade do trabalho na vida das pessoas. Naquele momento, Antunes (1995), contrário às afirmações de Offe (1989) e de Gorz (1982) (que, perplexos com as incongruências do cenário mundial, caracterizado pelo aumento da pobreza, da concentração de riqueza mundial, do desemprego e da evolução tecnológica, acreditaram presenciar uma era não mais centrada no trabalho), ressaltou a dupla dimensão do trabalho – concreto e abstrato – e a observação de que a crise do trabalho referia-se à crise do trabalho abstrato. O trabalho concreto, responsável por uma vida social significativa, a partir da superação da heteronomia do trabalho, não estaria perdendo sua centralidade.

As referências feitas, atualmente, ao universo do trabalho estão menos dirigidas ao aspecto da sua centralidade do que às formas de precarização e padecimentos na era moderna. No que se refere à precarização, pode ser destacada, de um modo geral, a oscilação existente entre a vivência do desemprego, especialmente o de longa duração (Demazière, 1995) e a inserção em trabalhos precários. Todavia, as formas de precarização do trabalho não se restringem a esses aspectos que, inevitavelmente, trazem consigo outros e tantos padecimentos ao trabalhador. Trata-se da precarização decorrente das novas exigências colocadas aos indivíduos com contratos formais, com destaque para a atividade docente, empreendida nas universidades federais brasileiras.

Essa forma de precarização das condições do trabalho está presente na intensificação do trabalho acadêmico, na exigência de produtividade em curto espaço de tempo, nas individualizações do trabalho e, conseqüentemente, no aumento de esforço que isso acarreta, na cobrança de responsabilizações crescentes, na atenção ao alcance de “metas” a serem atingidas, as quais definem “competências”, onde, ressalta Antunes (2008,

p. 8), ao discorrer sobre a intensificação da atividade laborativa, de um modo geral, “a lógica humano-societal é substituída por um produtivismo típico da era privatista, por uma lógica movida pela (des)razão instrumental”.

Desse modo, o trabalho acadêmico nas universidades federais do País, em função da necessidade de realização de metas e “competências” e das jornadas extenuantes, passa a ser o *locus* da precarização da atividade docente, dos temores constantes, da insegurança, do stress, que é expressão de uma forma de adoecimento característico da era contemporânea informacional.

Claudine Herzliche e Philippe Adam (2001, p. 61) em referência aos aspectos considerados relevantes para a discussão dos estados de saúde e seus determinantes sociais, define stress como o “conjunto das reações orgânicas em cadeia frente a pressões excessivas que ameacem seu equilíbrio”. O stress provoca a debilidade do organismo, tornando-o mais vulnerável ao aparecimento de outras doenças.

É possível dimensionar o impacto que determinadas pressões ligadas ao aumento da produtividade do trabalho docente é capaz de exercer sobre o indivíduo. Do ponto de vista sociológico, é ocasião de estimar uma nova forma de precarização das condições do trabalho, com conseqüências nem sempre previsíveis.

Pouco previsíveis, mas relacionadas a uma soma de fatores, as conseqüências do stress devem ser sociologicamente avaliadas, ressaltam Herzliche e Adam (2001), pela consideração da capacidade de enfrentamento das situações que, longe de resultar exclusivamente dos traços individuais da personalidade de cada um, estão relacionados a um somatório de experiências na qual o social tem grande importância. Assim, o modo de enfrentamento vai depender da inserção do indivíduo em um entorno social que lhe permita mobilizar determinados recursos, mais ou menos significativos, com o intuito de alcançar saídas e possibilidades à vivência do stress.

De todo modo, ainda que o indivíduo consiga mobilizar um somatório de recursos que lhe permitam não adoecer em função do stress vivido, isso não significa a anulação do stress, mas sua reapropriação. Como destaca Canguilhem (2006), ser saudável é ser capaz de adoecer e se recuperar, pois a vida também contém valores negativos. Em matéria de patologia – diz – “a norma do que é estar doente e do que é estar saudável é antes de tudo uma norma individual, definida por cada indivíduo em relação ao seu meio.”

A vida é uma atividade normativa, no sentido mesmo de instituir normas, resalta o autor. Isso quer dizer que o fato de o indivíduo reagir a uma “anarquia funcional” – decorrente do stress, por exemplo –, revela que a “vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível”. Ao mesmo tempo, essa reação implica o estabelecimento de novas normas, de uma nova normatividade criada pelo indivíduo em relação ao seu meio. Assim, ao sair de um estado patológico, ele não volta ao que era, pois perde a “inocência biológica”. Ele se recria, reiventando um novo modo de ser e de viver.

No trabalho e em meio à necessidade de reação às situações de stress, o indivíduo busca formas criativas de superação, no sentido de tentar aliviar as condições de padecimento, de sofrimento. Yves Schwartz (1992) fala da existência de “normas prescritas” e “normas não prescritas”. As primeiras referem-se a normas impostas aos indivíduos nos ambientes de trabalho; as segundas são criadas pelos indivíduos, na busca de manutenção da sua subjetividade e de seus valores.

É esse espaço das “normas não prescritas” que se abre à criação e à reinvenção do próprio trabalho. Mesmo quando o trabalhador vivencia situações adversas que configuram o aparecimento do stress, há espaço para a “gestão de si mesmo”, para a recriação dos “usos de si” no trabalho (idem).

Essas situações de stress são particularmente vividas pelo professor universitário, nas universidades federais brasileiras, e correspondem a um dos sintomas da nova forma de precarização do trabalho acadêmico, na atualidade. Essas situações, ao mesmo tempo em que ameaçam, constantemente, a saúde do docente, configuram-se como dispositivos que acionam mecanismos reativos e criativos de defesa, resultando em novos modos de viver e pensar o trabalho, constantemente refeito. Trata-se da complexa e contraditória dinâmica em que estão imersos esses e outros tantos profissionais, na contemporaneidade.

Mediante a globalização da economia e os avanços tecnológicos, os mercados internacionalizados se fazem mais exigentes. Não suportam mais o tipo de produção padronizada taylorista-fordista e demandam uma reestruturação produtiva embasada na diversificação, flexibilização e produtividade. Torna-se necessário então um novo perfil do trabalhador, que não mais condiz com o tipo operário dos tempos da produção em série fordista. Para atender às novas exigências de uma produção racional, tecnológica e flexível, esse novo trabalhador deve caracterizar-se como autônomo, criativo, polivalente e multiprofissional.

Na atualidade, *Corrosão do caráter*, de Richard Sennett,⁵ é um dos estudos que, com espirosidade, demonstra a natureza dessa reestruturação produtiva, cujas características são: trabalho flexível; conhecimento e execução de todo o processo de trabalho; organização em rede do trabalho; flexibilidade, superfluidade, instabilidade, incerteza, imprevisibilidade e insegurança no mundo do trabalho; sindicatos frágeis ou inexistentes; fragilidade dos laços afetivos no trabalho, na família no meio social; isolamento social; prevalência do individual etc.

É possível identificar – na reconfiguração da estrutura produtiva do “capitalismo tardio”, em que impera o “capital impaciente”, termo emprestado de Bennet Harrison por Sennet (2006) – a prevalência do trabalho temporário, a curto prazo, firmado através de contratos por tempo determinado, o que implicaria o fim das carreiras e a existência de trabalhos múltiplos, projetos, empregos e, principalmente entre os jovens, estágios e estágios – nos anos 1970/1980 os jovens podiam dizer “trabalho na empresa tal”, mas grande parte deles dizem “faço estágio na empresa tal”. Segundo o autor, muitos trabalhadores estão sempre começando de novo. As incertezas no mundo do trabalho flexível combinam com a negação da experiência vivida. Desse modo, as pessoas de meia-idade são praticamente descartadas, pois suas experiências acumuladas anteriormente têm pouco valor. Cada vez mais, emprega-se menos pessoas de meia-idade nas modernas empresas flexíveis. Como sugere Manuel Castells, a previsão é que a vida de trabalho seja encurtada e, assim, o período de vida produtiva seja comprimido para menos da metade da vida biológica.⁶

Em nossos dias, são raras as oportunidades de se fazer uma carreira em uma determinada empresa – mesmo nas universidades federais já vemos esse quadro se delinear. Além da qualificação, o trabalhador precisa ser alguém que saiba correr riscos e viver no limite; que consiga fugir da rotina e da comodidade e reagir simpaticamente às cambiantes exigências do mercado de trabalho e de consumo. Trata-se de um trabalhador que saiba lidar com a economia do conhecimento, concentrada no uso e na aplicação de informações, isto é, na realização de um “trabalho ilegível”, não de algo que possa ser observado e medido como nas estruturas produtivas anteriores, caracterizadas pelo “trabalho legível”.

Da perspectiva de Sennett, estaria ocorrendo uma racionalização ou “mcdonalização” da sociedade contemporânea, em que prevalece a eficiência, a rapidez, a calculabilidade, a uniformidade e o controle através da automação. A sociedade como um todo estaria se

deslocando em direção a esse modelo altamente padronizado e regulamentado para a realização das coisas.

No mundo do trabalho flexível, o trabalhador estaria vivendo sempre no limite, num campo de incertezas e indeterminações; estaria sempre em teste e sem saber em que posição se encontra nos jogos do trabalho flexível, pois todos os dias ele tem que provar suas capacidades e competências. A dimensão sociológica do risco, portanto, estaria no modo como as instituições moldam os esforços do indivíduo para mudar sua vida.

No mundo do trabalho flexível, o conhecimento logo se torna ultrapassado. Em curto tempo, ocorre a obsolescência da educação, da formação, da qualificação dos trabalhadores. Ser um trabalhador flexível, nesse mundo, é não se deixar “ficar para trás”, nos termos Zygmunt Bauman (2007). Para isso, deve alinhar-se à nova ética do trabalho que se centra no trabalho em equipe e exige “aptidões portáteis” como ser sensível aos outros, ser bom ouvinte, cooperativo e capaz de ajudar os outros (o “posso ajudar?” com que nos defrontamos em diversas situações sociais) e de adaptar-se às circunstâncias, às incertezas e indeterminações do trabalho em mutação.

Também se exige distanciamento do bom jogador de equipe; ele deve ter a capacidade de distanciar-se de relacionamentos e julgar como podem ser mudados; deve imaginar a tarefa imediata, em vez de mergulhar nas longas histórias de intrigas, traições passadas e ciumeiras.

[...] na equipe de trabalho moderna surge uma ficção: os patrões não competem de fato entre si. E mais importante ainda, surge a ficção de que trabalhadores e chefes não são antagonistas; o chefe, em vez disso, administra o processo do grupo. Ele ou ela é “líder”, a palavra mais esperta no moderno léxico administrativo; o líder está do nosso lado, em vez de ser o nosso governante. O jogo de poder é jogado pela equipe contra equipes de outras empresas. (Sennet, 2006, p.131-132)

Nas realidades da equipe no local de trabalho flexível, enfatiza-se a “responsividade mútua”, o curto prazo, o tempo presente; as tarefas específicas de curto prazo, em que prevalece a fragilidade dos laços de compromisso com o trabalho, mas não somente: também com outros laços de compromissos que tecem a vida social.

Nesse mundo fluido, em que somos todos afetados pela insegurança, vemo-nos em realidades sociais imprevisíveis, em que imperam a desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, nos termos de Sennett. Cada um de nós sofre as ansiedades por conta própria, não coletivamente. Os que “ficam para trás”, os rejeitados de toda sorte, na sociedade da era das indeterminações, encaram seus fracassos no trabalho como o resultado de próprias falhas, um problema privado, e como desafios ao nosso *savoir faire*. E, por isso, temos que ansiosamente “aprender a aprender” continuamente, pois nosso trabalho tem breve prazo de validade.

Considerações finais

Os autores que, sob diferentes perspectivas, embasam a discussão empreendida neste artigo, sobre o processo de reconfiguração do trabalho docente nas universidades federais brasileiras e sua conseqüente precarização, apontam para a heteronomia desses espaços, dada especialmente pela quantificação de tudo que é feito e produzido “em seus domínios”, segundo uma lógica instrumental que se articula à idéia de eficácia e de “competência”.

Esse termo “competência” é problematizado por Chauí (1981), já na década de 1980, ao discorrer sobre a hegemonia do “discurso competente” nas sociedades capitalistas que se desenvolvem sob a égide da democracia. Como mostra a autora, o “discurso competente” exige a interiorização pelo indivíduo de suas regras, dado que, do contrário, aquele que não o fizer corre o risco de ser visto e de ver a si mesmo como “incompetente, anormal, associal, como detrito e lixo”. É essa interiorização que permite ao indivíduo ser dito e ser dizer “competente”.

Do modo como o sentido da “competência” vem sendo entendido e reproduzido nas universidades federais brasileiras, ou seja, pelo primado da quantificação - de horas-aula, de artigos, por vezes sem correlação direta com a importância do conteúdo publicado, com o local de publicação ou com a existência de leitores interessados, de congressos e simpósios, segundo a mesma lógica da exigência de produção de artigos – a precarização do trabalho, também expressa nas mais variadas formas de desgaste físico e emocional do professor, torna-se inevitável e particularmente perversa àquele que se dedica à produção de conhecimentos e à atividade de ensino, por princípio, fundamentais.

As tensões e desafios atuais colocados às universidades federais brasileiras não estão desconectadas das contradições e conflitos da sociedade da qual fazem parte. Ao contrário, ao mesmo tempo em que sofrem suas influências, também as influencia.

A iluminação de caminhos, o desvendamento de questões e problemas vividos pelo indivíduo comum na sociedade é uma das importantes contribuições da universidade para a sociedade no sentido também daquilo que podem e devem influenciar. Assegurar essa prerrogativa é empreender esforços conjuntos com vistas ao estabelecimento de novos cenários, objetivando-se a superação das irracionalidades que se fazem sentir nesse modo de pensar e fazer o trabalho acadêmico, segundo as atuais diretrizes educacionais que informam as universidades federais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. As formas de padecimento no trabalho. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.17, n.1, jan/mar, 2008. p.7-8.

_____. *Adeus ao trabalho?:* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BARONI, Larissa L. Universidades resistem a adotar certificação de gestão: potencial de ISO 9.001 não é aproveitado pelo setor. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/gestor/materia.jsp?materia=19685>>. Acesso em: 25 mai 2010.

BARROSO, João. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. (2007). *Vida líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Universidade operacional. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 mai. 1999. Caderno Mais! p.3.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.

- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 2 ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1987.
- DEMAZIÈRE, D. *La sociologie du chômage*. Paris: Puf, 1995.
- Gorz, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HERZLICH, C; ADAM, P. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- LASCH, Christopher. *La culture du narcissisme*. Paris: Éditions Climats, 2000.
- OFFE, C. Trabalho, categoria chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 1989.
- SCHUGURENSKY, Daniel. Autonomía, heteronomía, y los dilemas de la education superior em la transition al siglo XXI: el caso de Canadá. In: GÓMEZ, Rodriguez (Org.). *Reformas en los sistemas nacionales de educación superior*. La Coruña: Netbiblo, 2001. p. 109-148.
- SCHWARTZ, Y. *Travail et philosophie: Convocations mutuelles*. Toulouse: Octarès, 1992.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais no trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- SILVA, C. A. F. A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.17, n.1, jan/mar, 2008. p. 111-123.
- WORLD BANK. Higher education: the lessons of experience. Washington, D.C.: The World Bank Group, 1994. (Series Development in Practice)

Notas:

¹ BARONI, Larissa L. Universidades resistem a adotar certificação de gestão: potencial de ISO 9.001 não é aproveitado pelo setor.

Disponível em: <<http://www.universia.com.br/gestor/materia.jsp?materia=19685>>. Acesso em: 25 mai 2010.

² CHAUI, Marilena. Universidade operacional. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 mai. 1999. Caderno Mais! p.3

³ WORLD BANK. Higher education: the lessons of experience. Washington, D.C.: The World Bank Group, 1994. (Series Development in Practice).

⁴ Há divergências em torno da tradução de Raposo, segundo as quais as distinções entre trabalho (labor), obra (fabricação) e ação, tão caras a Arendt, ficariam obscurecidas, de difícil compreensão. Todavia, prevalecerá, neste artigo, o termo labor, conforme a tradução de Raposo, e preservados os sentidos que Arendt pretendeu atribuir as referidos termos.

⁵ SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais no trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

⁶ Atualmente, os meios de comunicação anunciam a volta dos trabalhadores mais idosos ao mundo do trabalho, muitos deles afastados por motivos de aposentadoria e pelas mudanças oriundas da reestruturação produtiva. O argumento é que eles são experientes e sabem resolver problemas em situações com as quais os mais jovens não saberiam lidar. Um das explicações ao problema pode ser a existência formas híbridas de organização e gestão do trabalho, isto é, a coexistência de orientações e técnicas tayloristas, fordistas e toyotistas, uma vez que os cenários produtivos no Brasil e no mundo são diversificados, embora a tendência seja a prevalência do mundo do trabalho flexível,

Recebido dia 10 de junho de 2010

Avaliado dia 14 de junho de 2010